

Abusos de escolas

Há um princípio universal de Direito e de comportamento ético segundo o qual toda pessoa é obrigada a pagar por uma mercadoria que compra ou por um serviço que lhe é prestado. Assim, quando um aluno é matriculado numa escola particular, é ponto pacífico que o seu responsável tem o dever de pagar a mensalidade equivalente. Até aí morreu Neves, diz o dito popular. De fato, se o problema fosse apenas esse, nem existiria: já estaria resolvido no nascedouro. Todos matriculariam seus filhos nas escolas privadas, pegariam os carnês, pagariam no fim do mês - e fim de papo.

Mas entre a teoria e a prática permeia um espaço que pode ser curto, longo, pacífico ou turbulento. No caso presente, o problema é turbulento: devido a fatores diversos, muitas famílias atrasaram consideravelmente o pagamento de suas mensalidades escolares, tornando-se inadimplentes. Isso provocou uma compreensível crise financeira para muitos colégios e, conseqüentemente, um estado de tensão entre eles e as famílias devedoras. E o problema se agravou quando os estabelecimentos resolveram adotar represálias contra os inadimplentes, acusando o Governo de reeditar uma Medida Provisória que não atende, segundo eles, aos interesses dos educandários particulares.

Custa a crer que justamente no terreno da educação não se consiga o primado do bom senso sobre as soluções irracionais. Asfixiar os educandários privados até levá-los

à falência seguramente não é a política educacional do Governo FHC, por tudo o que ele representa. Por outro lado, exigir fiadores ou avalistas de famílias de alunos quando de sua matrícula nova ou renovada, como quer a entidade nacional das escolas particulares, é medida antipática. E pelo que se vê nos cartórios de protestos de títulos e de ações executivas no comércio em geral, também uma iniciativa que poderá redundar num fiasco.

Esse confronto entre famílias e educandários privados é francamente pernicioso ao conjunto da educação no Brasil. É um mau exemplo que está sendo passado à sociedade. É difícil aceitar que não exista terreno para um diálogo franco e produtivo, com a intermediação do Governo, para a solução desse problema da inadimplência. Se reformas constitucionais muito mais trabalhosas conseguiram passar pelo Congresso Nacional, por força do diálogo, como é que essa questão das mensalidades escolares também não possa ser resolvida pelo entendimento entre as partes? O Brasil de hoje não pode mais continuar a ver esse espetáculo deprimente, principalmente com as ameaças oriundas de donos e mantenedoras de educandários. A política do "ou-paga-ou-morre" está em franco desuso em todos os setores de uma sociedade democrática moderna e não se compreende que possa querer subsistir justamente no terreno onde devem florescer a educação e aprimorar-se a cultura.